

Esforço só dá conversa

Fracassou o primeiro dia do "esforço concentrado", quando os parlamentares, pelo acordo de lideranças, deveriam comparecer ao Congresso para a votação de matérias importantes. Assim, o dia acabou sendo reservado para negociações entre os líderes que, diante do quadro, decidiram: o veto presidencial à política salarial do Legislativo será mantido ou recusado no dia 21. Deste modo, a primeira etapa do "esforço" deve se encerrar amanhã sem grandes novidades.

Mas não é só o veto que figura entre os assuntos polêmicos. A Câmara tem que discutir, também, a regulamentação do limite de juros de 12 por cento ao ano e a nova Lei Agrícola. O Senado, por sua vez, precisa apreciar a Lei de Seguridade Social e o Código de Defesa do Consumidor, matérias que, se não houver inversão de expectativas, só terão suas pendências resolvidas após o primeiro turno das eleições de outubro.

ERIS

Embora os demais assuntos pendentes não chamem, por enquanto, a atenção dos congressistas, no Governo a situação é diferente. "O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, já me ligou várias vezes pedindo que eu não deixe que este projeto seja aprovado", desabafa o deputado José Lourenço (PDS/BA), referindo-se à limitação dos juros.

Com relação aos salários, o deputado Tidei de Lima (PMDB/SP) disse que a comissão especial mista encarregada de apreciar o veto do presidente Fernando Collor concluirá o seu trabalho a tempo de a matéria chegar a plenário no dia 21. Tidei antecipou que seu relatório será pela rejeição, por cinco votos contra um, este do senador João Lobo (PFL/PI). Os governistas, por sua vez, querem trabalhar pela manutenção do veto e tentam apaziguar os espíritos em torno de emendas apresentadas por seus aliados ampliando o alcance do abono para os trabalhadores.